

AUTONOMIA DO CAPITAL E O PROCESSO De CENTRALIZAÇÃO

Rubens R. Sawaya*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é procurar identificar, através de uma releitura do "O Capital" de Marx, a idéia de autonomia do capital enquanto valor que se valoriza, diante dos processos de acumulação, concentração e centralização.

Autonomia do capital significa sua liberdade de movimento enquanto valor que tem em sua natureza a necessidade intrínseca de valorizar-se para manter sua existência.

O princípio que norteia o estudo é a idéia de que o capital, movido em seu processo de acumulação em escala ampliada se concentra e se centraliza e, quanto mais concentrado e centralizado, torna-se mais independente em seu próprio movimento, segundo sua natureza de valorização. Esses processos não alteram essa natureza, pelo contrário, servem para reforçar seu movimento.

A idéia de autonomia do capital tem como ponto de partida a impessoalidade presente no "fetichismo da mercadoria" de Marx, na medida em que a mercadoria toma o lugar dos sujeitos em suas ações e lança-se no mercado como elemento aparente de determinação das relações econômicas e sociais. Esse caráter do capitalismo exposto por Marx, demonstra como o processo de produção de mercadorias passou a dominar os que por ele atuam, tanto trabalhadores como capitalistas, e tornou-se autônomo a eles, submetendo-os no capitalismo ao movimento do capital, ao seu movimento do valorização.

Capital autônomo é valor que em seu próprio processo de valorização utiliza-se tanto do trabalho alheio como da ação do próprio capitalista. O trabalhador, por um lado, dado que tem sua condição de existência apenas enquanto força de trabalho submetida ao processo de produção. O capitalista, por sua vez, dado que apenas existe enquanto aquele que garante o movimento de valorização do capital, e tem que cumprir sua função enquanto tal, sob pena de deixar de sê-lo.

"(...) os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual (...)" (Capital I, p. 103).

Capitalismo centralizado é o capital próximo de seu maior grau de autonomia, livre de controles, livre para manifestar sua natureza, potencializar o processo de acumulação. É o capital atuando por seu próprio movimento, valorizando-se em escala ampliada.

Os processos de acumulação concentração e centralização são os mecanismos através dos quais o capital alcança sua maior autonomia em sua valorização.

O texto está dividido em 5 partes. Na primeira busca-se relacionar autonomia do capital com o fetichismo da mercadoria; na segunda procura-se verificar a natureza do movimento do capital em seu processo de acumulação; na terceira, tendo como base o impulso vital do capital no sentido da acumulação, aborda-se sua tendência à concentração; na quarta parte, procura-se de forma sucinta verificar o impacto dos movimentos de realização no movimento do capital no sentido da centralização e autonomização; e, por último, elabora-se o processo de centralização de capital abordado por Marx como o principal elemento de autonomização do capital.

O capitalismo passa hoje por um amplo e importante processo de centralização de capitais presente nas fusões, aquisições e "joint ventures" que as empresas a nível mundial tem realizado, processo este abordado comumente como parte da chamada "Globalização". O objetivo deste artigo é demonstrar como Marx descrevia esse processo de centralização como resultado da natureza do capital já em seu "O Capital".

* Professor do Departamento de Economia da FEA-PUCSP e Coordenador do Boletim de Conjuntura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A MERCADORIA COMO BASE DA AUTONOMIZAÇÃO DO CAPITAL

Para Marx, os elementos fundamentais que descrevem o caráter do modo capitalista de produção não estão presentes na aparência. Na verdade estão no conjunto das relações sociais. As relações econômicas, muitas vezes, não aparecem como resultado de relações sociais específicas. O caráter do capitalismo é determinado no âmbito das relações sociais, no caso, relações sociais de produção, que definem os processos de produção, distribuição e acumulação de riqueza, mas, ao mesmo tempo, são por eles definidos, e aparecem como relações materiais.

As mercadorias no capitalismo aparecem como representantes das relações sociais. É por trás dela que se esconde o verdadeiro movimento do capital, movimento este que define e é definido pela forma como a sociedade se organiza na produção e acumulação de riqueza.

"A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos e seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (...) " (Capital I p.81).

Na realidade as relações econômicas são relações entre homens, portanto, relações sociais, mas aparecem como relações entre coisas, "Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (Capital I p.81).

Assim, abstraindo-se da aparência, a relação entre coisas é relação entre pessoas. Todas as categorias econômicas elaboradas por Marx são, no capitalismo, mascaradas como coisas (mercadorias), aparecem como tal. Este é o resultado do caráter fetichista do capitalismo. "Dinheiro, capital e outras categorias econômicas não são coisas, mas relações [sociais] de produção" (Rubim, 1980, p.72). Essas relações sociais de produção são ocultadas pela forma mercadoria e pelas relações de mercado, onde todos aparecem como iguais, trocando o que possuem. Assim na afirmação de Marx, "As pessoas aqui só existem, reciprocamente, na função de representantes de mercadorias e, portanto, donos de mercadorias" (Capital I, p.95). Por isso afirma que a relação social ocorre através delas.

Por detrás das aparentes relações econômicas escondem-se relações sociais historicamente determinadas. Essas relações sociais se materializam nas relações econômicas. Estas, por sua vez, condicionam e são condicionadas pelas relações de propriedade sobre a riqueza, sobre as mercadorias, sobre o dinheiro, sobre o capital; definem, assim, a posição de cada um na economia, na sociedade; definem a forma de relação entre as pessoas.

"Vimos que o processo capitalista de produção é a forma historicamente determinada do processo social de produção. Esta abrange a produção das condições materiais da vida humana e, ao mesmo tempo, é processo que se desenvolve dentro de relações de produção específicas, histórico-econômicas, produzindo e reproduzindo essas relações de produção e, por conseguinte, os agentes desse processo, no contexto deles: condições materiais de existência e as relações reciprocas, isto é, a forma econômica particular de sociedade que lhes corresponde" (capital III, p.940)

O fetichismo da mercadoria tem sua importância no capitalismo porque a mercadoria é fruto do trabalho humano criador de riqueza, aparente na própria mercadoria. Mas esta, em sua aparência, perde a característica de ser trabalho, deixa de ser trabalho para tornar-se mercadoria e valor, torna obscurecida sua origem, o trabalho humano, único criador de valor. "As mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões de uma substância social, o trabalho humano" (Capital I, p.55). Assim o valor é social, fruto de uma relação social, definida sobre bases materiais. A mercadoria serve de veículo para essas relações sociais; constitui-se no elemento representante do valor produzido na sociedade.

Esse ofuscamento da realidade pela forma mercadoria, encobre seu caráter de ser trabalho, a verdadeira relação social, fruto da forma como a sociedade capitalista se organiza: uma relação entre proprietários de coisas, onde apenas uns possuem a capacidade de gerar riqueza pelo trabalho e outros dela se apropriam. O capitalismo tem

como característica o fato de uns acumularem riqueza através do trabalho alheio. É essa a relação que uma economia que reifica a mercadoria encobre. Ela "dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência" (Capital I p.84). O trabalho individual social manifesta-se socialmente através de outro ser, a mercadoria, perdendo a relação com sua origem. Mercadoria que possui valor; valor este que toma a aparência de ser da mercadoria e não do trabalho que a produziu.

O Lugar que as pessoas ocupam na sociedade depende do que elas possuem para vender, que mercadorias possuem. O trabalhador possui apenas sua força de trabalho e essa mercadoria define sua posição na sociedade. O capitalista possui os meios de produção e compra a força de trabalho, dependendo dela para pô-los em funcionamento. Para pertencer à sociedade e estar nela incluído, o que significa participar do processo de produção, é necessário possuir algo (mercadoria), que só tem valor social enquanto algo que pode ser trocado (tenha valor de troca). Assim o lugar social das pessoas é definido não pelas próprias pessoas mas pelo que possuem, pelas coisas. "Em primeiro lugar, todos aparecem apenas como donos de mercadorias (...). Como proprietários de mercadorias, estão todos em pé de igualdade (...)" (Sweezy, 1973/67), aparecem como seres humanos livres e iguais, apenas como trocadores de mercadorias.

É essa relação material que determina e é determinada pela relação social no capitalismo; a forma de propriedade privada dos meios de produção, relação material, define o funcionamento da economia, o processo de produção e distribuição de riqueza. A propriedade privada tem, no capitalismo, uma função primordial: é a partir dessa relação social que estão colocadas as bases materiais para que a riqueza de uns seja resultado do trabalho de outros; é em razão de existir essa forma de propriedade e esta resultar na propriedade sobre o trabalho alheio. É a propriedade sobre o trabalho alheio o que especifica o caráter das relações capitalistas. O trabalho tem um caráter social, produz riqueza social que, na realidade toma a aparência de mercadoria separada do trabalho, podendo assim ser apropriada de forma privada.

Por outro lado, o que caracteriza o capitalismo não é a propriedade sobre uma mercadoria qualquer, mas a propriedade sobre o trabalho alheio; é a transformação do trabalho de outros em mercadoria, força de trabalho, fruto de um processo histórico. "Por princípio, a economia política confunde duas espécies muito diferentes de propriedade: a que se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e, sua antítese direta, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece que esta só cresce sobre o tumulto daquela" (Capital I, p.883). Isto só é possível no capitalismo, onde os meios de produção são também apropriados de forma privada; é o monopólio sobre estes que permite que eles sirvam de meios para explorar o trabalho alheio, tornando-os capital (Capital I, p.885).

Não existe uma natureza humana predeterminada que defina as relações econômicas que, assim, também seriam relações naturais, uma vez que manifestariam essa natureza. Para Marx as relações econômicas são fruto de relações sociais historicamente definidas. No capitalismo, pelo fato dessas relações sociais serem representadas pelo que as pessoas possuem, isto determina o lugar social de cada um. Mas ao mesmo tempo a reificação das coisas é resultado dessa relação social. O lugar em que as pessoas estão na sociedade define o que possuem. Portanto não existe uma natureza predefinida, mas uma relação social e material que se definem mutuamente e definem o sujeito que nelas atua, como sujeito dela e como seu objeto, determinando-a, sendo por ela determinado. Essa é a questão central sintetizada no conceito de capital.

"(...) o processo de produção capitalista se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. Aquelas condições e estas relações são, de um lado requisitos prévios e, de outro, resultados e criações do processo capitalista de produção; este as produz e reproduz" (capital III, p.940).

O capital assume, assim, diversas formas de existência, muitas vezes antagônicas e contraditórias, mas todas elas contribuem para uma definição do que vem a ser capital. Capital em geral é valor. Valor é a forma mais abstrata e mais completa em que esse tem sua essência. Forma invisível que se materializa em suas formas aparentes mais gerais mercadoria e dinheiro (ou mais especificamente, como Marx coloca, capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria). Estas, por sua vez, descontextualizadas de um processo social de produção, não assumem a forma de capital. Apenas assumem essa

forma no capitalismo (analogamente ao trabalhador e capitalista). "O capital não é uma coisa material, mas determinada relação social de produção, pertencente a uma formação particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa que lhe dá caráter social específico" (capital III, p.936). Marx também coloca a mesma coisa de forma mais corrente no final do livro I, quando comenta a forma que a propriedade assume no capitalismo, afirma que "(...) o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através das coisas" (Capital I, p.885), recolocando o fetichismo das mercadorias sobre novas bases.

Assim, o capital enquanto valor é movimento. Assume diferentes formas em seu processo de valorização, capital produtivo, dinheiro e mercadoria. Como coloca Marx, capital enquanto valor "(...) só pode ser apreendido como movimento e não como algo estático. Aqueles que acham que atribuir ao valor existência independente é mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa abstração como realidade operante (...). O valor percorre diversas formas, efetua diversos movimentos em que se mantém e ao mesmo tempo aumenta, cresce." (Capital II, p.107)

Dessa forma, o capital assim constituído, como valor que se valoriza, mais do que a mercadoria fetichista, assume para Marx uma forma autônoma, "(...) capital, valor que se amplia, um monstro animado que começa a trabalhar como se tivesse o diabo no corpo" (Capital I, p.219). Assim, o capital se autonomiza em relação tanto ao capitalista como ao trabalhador, apesar de ser fruto de uma relação social de produção específica em que estes estão inseridos, como pessoas aparentemente independentes e livres, mas submetidas à relação social historicamente estabelecida entre elas.

O capitalismo caracteriza-se por uma fase da sociedade na qual o processo de produção de mercadorias passou a dominar o homem, ao invés de ser por ele controlado "(...) a própria atividade social possui a forma de atividade das coisas sob cujo controle [as pessoas] se encontram, ao invés de as controlarem" (O Capital I, p. 81). Tanto o trabalhador como o capitalista estão submetidos ao mesmo processo mas não da mesma forma, dado que o primeiro vive do trabalho do segundo. O capitalista possui e controla os meios de produção enquanto que o trabalhador possui apenas sua força de trabalho. Assim, este último aparece sempre como devedor do capitalista dado que é ele que proporciona ao trabalhador os meios de produção (emprego), que lhe possibilita tornar-se ser social: trabalhador. Essa é a aparência, pois na verdade é o trabalho que possibilita aos meios de produção que se valorizem e transfiram seu valor à mercadoria (Capital I, p.224/225). "(...) Por isso, descubrem nossos donos de mercadorias que a mesma divisão do trabalho, ao fazer deles produtores privados, torna independente deles o processo social de produção e as próprias relações que mantêm dentro do processo, e, ainda, que a independência recíproca das pessoas se integra num sistema de dependência material de todas as partes." (Capital, I p.120).

O caráter fetichista do sistema está no fato da relação social ser determinada pelo capital, indo além da idéia de mercadoria, uma das formas que o capital assume no seu movimento; esse caráter é mais claro quando, não apenas o trabalhador, mas o capitalista, aparecem como funcionários do capital.

O trabalhador, desde logo ocupa essa função, dado que sua existência depende de por em movimento meios de produção, sendo que "Dentro do processo de produção conquistou o capital o comando sobre o trabalho, sobre a força de trabalho em funcionamento, ou seja, sobre o próprio trabalhador" (Capital I, p.354). Mais adiante Marx reafirma essa posição, que na verdade perpassa todo "O Capital", argumentando que "(...) o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista" (Capital I, p.672). De outro lado está o capitalista, "capital personificado", que tem a obrigação, também definida pelo capital de "cuidar para que o trabalhador realize sua tarefa". Assim Marx compara o capital a um regente de orquestra que impõe e determina o objetivo do processo de produção capitalista para a maior expansão possível do próprio capital. "A conexão entre as funções que exercem [trabalhadores e capitalistas] e a unidade que formam no organismo produtivo, estão fora deles, no capital que os põe juntos e os mantém juntos". (Capital I p.380). Essa é a questão central no contexto aqui abordado e decorre do fetichismo da mercadoria. O capital como uma relação social e uma coisa ao mesmo tempo, sempre assumindo a aparência de coisa.

Assim, o movimento do capitalista é, em parte, determinado pelo capital, uma vez que o capital é uma relação social que toma corpo independente dos que para tanto por ele

atuam. Ao mesmo tempo, o capitalista encarna o capital como se ele fosse o próprio capital. Defendendo seu movimento, demonstra a contradição que carrega em si: o capitalista define e é definido por este, embora, o movimento do capital seja superior ao capitalista individual e se autonomize em relação ao capitalista assim considerado, "(...) Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente" (Capital I, p.262).

O capitalista torna-se, assim, um mero representante do capital e dessa pecha não pode se desvencilhar sob o risco de deixar de sê-lo. Se não atua a contento, pode perder sua posição. É obrigado a valorizar o capital que tem sob seu domínio sob a pena de perdê-lo, "(...) o aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo" (Capital II, p. 80). "(...) O capitalista é o capital personificado, exercendo no processo de produção apenas a função de representante do capital (...)" (capital III, p.940). O capitalista, como representante do capital, ele mesmo pode ser engolido pelo movimento do capital em seu processo de valorização. Essa é a contradição desse processo: o capital eliminando os que por ele lutam, os que a ele defendem.

Sendo assim, Marx conclui que ninguém está livre do movimento do capital, de sua necessidade intrínseca de valorizar-se. "(...) é o mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manipulados, o senhor Capital e a senhora Terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações" (capital III, p.940). Assim, aparece a mercadoria como senhora, em sua forma mais complexa: capital.

Este aspecto é bem colocado por Giannotti em seu "Trabalho e Reflexão" afirmando que o interessante é que "(...) Esse fenômeno - já apontado por Marx - do capital apresentar-se antes de tudo como poder social que tem como agente o capitalista e que se distancia daquilo que um ato de trabalho pode produzir, convertendo-se assim num poder social independente, alienado, opondo-se à sociedade como um objeto de onde as classes dominantes retiram seu alimento material e formal. No fundo, a objetividade do capital é poder, muito diverso da imposição de uma vontade sobre outra, impondo-se como realidade fantasmagórica que engaja capitalistas, na qualidade de funcionários dela, e trabalhadores, nutrindo seu contínuo crescimento" (Giannotti 1984, p.360).

Essa idéia de independência do capital como ente social, independente de seu representante, o capitalista, é ao nosso ver o resultado fundamental do fetichismo da mercadoria. O capital é em sua forma abstrata (valor que se valoriza) o ente de toda a relação social, sua essência. Apesar disso, essa idéia de independência é contraditória em si dado que, como foi dito, o capital é criado pela relação social, ao mesmo tempo que atua no sentido de constantemente recriar essa relação social que o criou. Ao mesmo tempo, autonomiza-se.

"(...) Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual (...)" (capital I, p.103).

O mercado é o lugar onde essa relação fetichista encobre a verdadeira relação social apesar de ser uma relação entre coisas, ou relação social através das coisas. É o lugar onde a mercadoria é reificada, ela aparece como centro das relações sociais capitalistas. Assim, esquece-se que a essência dessa relação capitalista, que define a posição de cada um dos indivíduos no mercado, é a relação de produção, relação essa definida pelo movimento do capital, obscurecida por essa aparência no mercado. É no âmbito das relações de produção, através da compra de força de trabalho pelo capitalista que lhe extrai o excedente, o lugar onde é definida a verdadeira relação social capitalista, o lugar de cada indivíduo na sociedade, sua posição material dada pelo que possui, capital ou força de trabalho.

O verdadeiro caráter do capitalismo não está na relação entre coisas, sua aparência, mas na relação social que esta obscurece. A aparência, relação entre coisas, e sua essência, relação social, sintetizam-se na idéia de capital, relação material e social ao mesmo tempo, que tem sua forma como valor definindo sua existência social.

O capitalismo carrega "fórmulas que pertencem claramente a uma formação social em que o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção (...)" (Capital I, p90).

A importância desses pontos está na relativa autonomia que o capital possui. Autonomia tanto em relação ao trabalhador como em relação ao capitalista individual. O capital como relação social supõe e define o papel de cada um no processo, em seu movimento, apesar das contradições de sujeito que se torna objeto e objeto que se torna sujeito.

Essa autonomia é fundamental para entendermos o processo de concentração e centralização de capital como elementos autônomos, como movimentos desse capital independente que, em seu processo de valorização, destrói continuamente os capitais individuais em suas crises cíclicas. Como bem observado por Giannotti, "pouco importa o desaparecimento de um capitalista individual, já que suas funções logo serão preenchidas por outro; interessa o modo pelo qual cada movimento singular de valorização se integra no movimento do capital social como um todo" (Giannotti 1984, p.256).

"Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial individual, no sentido que este funciona como comprador de mercadoria e de trabalho, vendedor de mercadoria e capitalista produtivo, com sua atividade possibilitando portanto o ciclo. Se o capital social experimenta uma revolução no valor, pode um capital individual sucumbir e desaparecer por não preencher as condições dessa revolução. Quanto mais agudas e mais frequentes as revoluções do valor, tanto mais o movimento automático do valor como ente autônomo, operando com a força de um fenômeno elementar da natureza, se impõe em confronto com as previsões e os cálculos do capitalista individual, tanto mais o curso da produção normal se subordina à especulação anormal, tanto maior o perigo para a existência dos capitais individuais. Essas revoluções periódicas confirmam portanto o que se quer que elas desmintam: a existência independente que o valor como capital adquire, e com seu movimento, mantém e exacerba" (Capital II, p.108).

Agora devemos verificar como, na opinião de Marx esse ente, em sua autonomia, impõe seu movimento ao processo de acumulação e centralização.

PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Em uma sociedade regida por mercadorias, as trocas aparecem como elemento central das relações sociais e econômicas, dado que as pessoas relacionam-se pelo que possuem. O mercado, lugar onde essas mercadorias, como capital mercadoria, se realizam na forma capital dinheiro, toma a aparência de local onde este valor surge. Essa aparência, tomada por alguns como a essência das relações econômicas, torna para estes o "mercado" um lugar central.

Na visão de Marx, o mercado é o lugar onde as mercadorias realizam o valor nelas incorporado, originário no processo de produção, ao transformar sua forma capital mercadoria na forma capital dinheiro. O "mercado" é importante para a realização social do valor presente nas mercadorias, mas não para a formação desse valor. O excedente surge de uma relação de troca, mas não da troca que é mais aparente no mercado, troca de mercadoria valor de uso por mercadoria.

No capitalismo, na medida em que as relações de troca são relações entre mercadorias e tudo é transformado em mercadoria, torna-se obscurecida a verdadeira relação de troca, aquela responsável pela criação do valor excedente. A troca relevante para o capitalismo não é a troca de mercadorias, produto do trabalho humano; a troca central para Marx, que fica obscurecida nesse mundo regido por mercadorias, é a troca que o capitalista realiza com o trabalhador ao comprar sua força de trabalho; é no mercado que este último vende a única mercadoria que possui, sua força de trabalho. Essa troca é que torna o capitalismo um modo de produção específico e está sempre oculta nas aparentes trocas de mercadorias, fruto do trabalho, no mercado de valores de uso. Esse ofuscamento do que é essencial ao processo de criação de riqueza só é possível porque tudo toma a forma mercadoria.

A primeira, a simples troca de mercadorias, Marx denomina M-D-M, mercadoria que é trocada por mercadoria, utilizando o dinheiro apenas como meio de troca. Esta é a troca que está na aparência da relação capitalista, mas não é a troca relevante no sistema; esta é a troca mercantil, que não cria valor, na medida que as mercadorias já o possuem antes dela; ela apenas realiza esse valor.

"A circulação simples de mercadoria - vender para comprar - serve de meio a um fim fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A

circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento contínuo e renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites" (Capital I, p.171).

Assim, a troca relevante é a compra da mercadoria trabalho pelo capitalista com dinheiro transformado por esse ato em capital, colocando essa mercadoria específica no processo de produção, tendo como resultado a criação de um valor maior do que o que iniciou essa troca. O dinheiro que lhe deu início é acrescido do valor excedente criado. Na medida que o capitalista adquire força de trabalho no "mercado" pelo seu valor, como mercadoria, é que consegue extrair e se apropriar do excedente oriundo da capacidade dessa força de trabalho produzir valor além daquele que lhe é pago na qualidade de mercadoria. Isso ocorre porque a força de trabalho é uma mercadoria específica que possui a capacidade de gerar mais valor. Essa é a troca relevante que caracteriza o capitalismo, D-M-D', dinheiro que compra mercadorias, meios de produção, que adquirem valor pelo trabalho nelas incorporado, transformando-se em nova mercadoria que retoma a forma dinheiro ao realizar-se no mercado.

"Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera de circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor; de modo que ao consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho" (Capital I, p.187).

Esta é a troca capitalista. Essa é a troca que permite o processo de acumulação. O capitalista possuidor de dinheiro adquire mercadoria trabalho e meios de produção com o intuito de obter um volume de dinheiro maior. É nessa troca que se produz valor excedente. É ela que transforma dinheiro e mercadoria em capital, valor antecipado que se valoriza no processo de produção, que acrescenta valor excedente. "O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta a mais valia, valoriza-se. Este é o movimento que transforma-o em capital" (Capital I, p.170).

É esse processo constante de valorização do capital realizado através do processo de produção, através do trabalho e da forma de extração e apropriação do excedente, que permite seu funcionamento de forma crescente: a valorização do capital e a acumulação de capital; seu contínuo processo de ampliação pela reaplicação do valor excedente gerado em novo capital. Toma assim a característica de um processo automático que passa por diversas formas. A valorização do capital por esse processo é o que lhe garante sua continuidade e existência, dele e dos que por ele atuam.

"O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. O valor em expansão tem formas alternadas de manifestar-se no ciclo de sua vida; examinando-as, chegamos às proposições; Capital é dinheiro, capital é mercadoria" (...). "O valor torna-se aqui agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor" (Capital I, p.173/4).

Assim, o processo capitalista de produção tem por característica intrínseca a geração de um excedente na forma valor como resultado do trabalho. Mas trabalho sempre, por sua natureza, gerou excedente. O que diferencia o capitalismo é seu modo de apropriação integrado ao interior do processo de produção, obscurecido na forma valor que reaparece na mercadoria quando ocorre sua realização no mercado, em nova forma, dinheiro. Esse mecanismo permite o processo de acumulação especificamente capitalista. É através dele que o possuidor do capital pode apropriar-se desse excedente e reaplicá-lo de forma contínua. É através desse mecanismo que são definidas as leis de movimento do capital, atuando como um moto contínuo que acaba por autonomizar-se relativamente como valor, que toma a forma de valor de troca, aparente como substrato da mercadoria e não do trabalho que a produziu. Esse mecanismo define a posição do trabalhador e do capitalista.

O princípio da propriedade privada toma corpo como propriedade dos meios de produção. É através dessa forma de propriedade que se torna possível a apropriação do

trabalho alheio pelo capitalista. E, é em razão dessa apropriação que se torna possível o processo de acumulação de capital, fornecendo conteúdo e forma para esse processo. Essa apropriação do trabalho excedente com mais valia pelo capitalista, proprietário do capital, é o que permite o processo de acumulação de capital, a contínua valorização do valor.

A contínua reaplicação do excedente extraído do trabalho, no processo de produção, como dinheiro que é constantemente reconvertido em mercadoria capital constante e variável, é o que caracteriza o processo de acumulação de capital. Nas palavras de Marx a "Aplicação de mais valia como capital ou conversão de mais valia em capital é o que se chama de acumulação de capital" (Capital I, p.674).

Assim, acumulação é a reprodução de capital em escala ampliada pela contínua reaplicação do excedente gerado em cada ciclo de rotação do capital em meios de produção. "De um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então sua forma e transforma-se, segundo a expressão de Sismondi, em espiral" (Capital, I p.677). Capital dinheiro que converte-se em capital produtivo resultando em capital mercadoria que, ao ser vendida reconverta-se em um capital dinheiro maior que o que lhe deu início, sendo o excedente reaplicado como capital.

O processo de acumulação é uma necessidade intrínseca do capital que é imposta ao capitalista, seu representante. O ímpeto do valor se valorizar de forma crescente e contínua é imposta pela própria natureza do processo. O capitalista é como que obrigado a recolocar o excedente extraído do trabalho na forma de mais valia na expansão de seu negócio. Segundo Marx, "(...) o capitalista é apenas uma das rodas motoras desse mecanismo. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregue em um empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis iminentes do modo de produção capitalista, como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva" (Capital I p.688). A propriedade sobre os meios de produção é o que garante ao capitalista a possibilidade de executar esse papel. E quanto mais capital ficar sob seu domínio, maior será sua capacidade de acumulação.

O capitalista, como representante do capital é compelido à acumulação ao mesmo tempo que este processo faz parte de seu desejo de obter e valorizar sua riqueza. Por outro lado esse movimento é contraditório. Na medida em que o objetivo principal do capitalista é a obtenção de mais dinheiro, se for possível conseguiu-lo sem passar pelas agruras do processo de produção, este o faria (Capital II, p.58). Ao mesmo tempo que deseja como entesourador ou como consumidor retirar a mais valia gerada de seu processo, vê-se obrigado a colocá-la e recolocá-la em funcionamento para continuamente valorizar sua riqueza. "Assim desenvolve-se no coração do capitalista um conflito fúístico entre o impulso de acumular e o de gozar a vida" (Capital I, p.690). Assim, não se pode dizer que o processo de acumulação de capital seja fruto exclusivo do desejo do capitalista, apesar deste ser o agente do processo.

Tampouco pode-se atribuir o movimento do capital no sentido da acumulação apenas como resultado da necessidade imposta pela concorrência. Conforme coloca Marx, este é um fator importante no processo. Atua como elemento catalisador da acumulação, impulsionando constantemente o capitalista individual a intensificar a sua força produtiva, constituindo-se, este movimento, como uma "(...) lei que lança continuamente a produção burguesa para fora de sua via e constrange o capital a intensificar sempre mais as forças de produção do trabalho, depois que começou a intensificá-las, a lei não lhe concede nenhum repouso e lhe murmura continuamente aos ouvidos: Adiante! Adiante!" (Marx 1977, "Trabalho Assalariado e Capital" em Marx e Engels, Textos vol.3, p.78).

Por outro lado, é importante destacar que para Marx o processo de acumulação é uma necessidade que vai além da concorrência. É uma necessidade intrínseca do capital de valorizar-se.

A própria elevação das forças produtivas leva à necessidade da acumulação. O processo de inovação tecnológica que eleva a produtividade do trabalho, diminuindo os períodos de realização da mais valia é um mecanismo de aceleração da acumulação (capital I, p.722), da valorização do capital e, tem por resultado, a elevação da riqueza individual do capitalista. Marx não coloca esse movimento como um resultado exclusivo da concorrência, mas também da necessidade interna ao processo de acumulação de elevar o

grau de exploração do trabalho no sentido de expandir o valor. O objetivo é expandi-lo. A concorrência serve como fator de pressão mas a tendência intrínseca pode prescindir dela. Assim nas palavras de Marx "Nunca devemos esquecer que a produção dessa mais valia - e faz parte dessa produção reconverter fração da mais valia em capital, ou seja, acumular - é o objetivo imediato e o motivo dominante da produção capitalista. Nunca deve portanto ser apresentada como algo diverso do que é, digamos, como produção que tem por objetivo imediato o gozo do capitalista ou produzir para ele os meios de fruição. Isto seria omitir o caráter específico que se infunde no âmago de sua estrutura interna" (Capital III, p.280). Eleva-se a mais valia. Qualquer elevação desta é objetivo natural do capital. Ao mesmo tempo corporifica-se como atitude objetiva de seu representante, o capitalista.

Assim, o processo de acumulação de capital tem como dado uma forma específica de extração e apropriação do excedente de forma contínua, garantido sua existência como capital. Mas isso, ao proporcionar ao processo a base para seu movimento (a apropriação do excedente pelo capitalista), impõe a este movimento um ritmo contínuo de crescente valorização do capital, impondo que o excedente seja sempre transformado em capital para valorizar-se. Isso é resultado da autonomização do capital enquanto valor que é obrigado a se manter valorizando. O objetivo primeiro é a produção de mais valia.

"A verdadeira finalidade e o impulso motriz da produção capitalista não é conseguir mais valia em geral, numa só apropriação, em qualquer quantidade, mas de forma ilimitada, em quantidade crescente" (Luxemburg, Rosa em "A acumulação de Capital" p.18).

PRODUTIVIDADE E CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL.

O que impulsiona o movimento do capital e define sua essência é sua necessidade intrínseca de elevar o excedente que extrai no processo de produção. "Antes de tudo, o motivo que impõe e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível de mais valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho" (Capital I, p.380). Essa natureza move o capitalismo no sentido de sua modernização tecnológica para ampliação da capacidade de extração de excedente, movimento que para o capitalista individual significa baratear seu produto de forma a conseguir vendê-lo, mesmo que temporariamente, acima de seu valor, pelo preço definido socialmente. Ganhos de escala e aprimoramento tecnológico são os mecanismos usados no processo denominado por Marx de "revolução do valor"; são fruto da necessidade de acumulação de capital e resultam na concentração de capital, que permite a um único capitalista ampliar a base de extração de mais valia, e na centralização de capital, processo no qual um capital individual elimina outros.

Essa necessidade imposta pelo próprio capital implica em contínua transformação do processo de produção na procura de novas formas de ampliar a mais valia. Para o capitalista, essa ampliação tem como objetivo o aumento de sua riqueza individual; para o capital é apenas alimento para se tornar maior e mais forte. "(...) Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é o trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais suga mais forte se torna" (Capital I, p.262).

O ato de elevar a extração de excedente do trabalho, a mais valia, faz com que o capital seja obrigado a aumentar sua capacidade produtiva através de novas formas de organização da produção que lhe proporcione ganhos de escala e barateamento de seus produtos, mesmo que de forma temporária. O próprio processo de acumulação ampliada, obriga continuamente o capitalista a expandir seu negócio, sempre buscando novas formas que aumentem a capacidade de extração de excedente do trabalho. Contraditoriamente esse processo significa constante substituição de trabalho vivo por trabalho morto.

A concorrência é o elemento catalisador desse processo de valorização. Funciona como forma de pressão sobre o capitalista para a elevação da produtividade e o barateamento dos seus produtos, abaixo de seu valor social. Isso pode lhe proporcionar um aumento de sua fatia de mercado ou mesmo a eliminação de seus concorrentes. "A mesma lei que determina o valor pelo tempo de trabalho e que leva o capitalista que aplica

o novo método a vender a mercadoria abaixo do valor social, impele seus competidores, coagidos pela concorrência, a adotar o novo método" (Capital I, p. 366).

De qualquer forma, o movimento do capital está, ou é obrigado a estar sempre voltado à busca incessante de elevação de excedente que extrai do trabalho. O trabalho é a fonte de todo o excedente gerado na economia; é a única mercadoria que, ao mesmo tempo que repõe seu valor enquanto mercadoria, torna possível a conservação dos valores dos materiais empregues no processo de produção e gera excedente (Capital I, p. 225). "Dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação" (Capital I, p. 722). Com o crescimento da capacidade de acumulação, este torna-se um processo que amplia-se e potencializa-se quanto mais o capital se concentra, "cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração de riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, a base da produção em grande escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas" (Capital I, p. 726).

Essa elevação do excedente extraído do trabalho e apropriado pelo capitalista apenas pode ocorrer ou pelo aumento da jornada de trabalho, da mais valia absoluta, ou pelo crescimento da capacidade do trabalho gerar excedente, a mais valia relativa. "Como capital, este autômato possui, na pessoa do capitalista, consciência e vontade, e está dominado pela paixão de reduzir ao mínimo a resistência que lhe opõe essa barreira natural, elástica, o homem" (Capital, I p.460). Como a primeira forma de elevação do excedente é limitada, o capital, personalizado no capitalista, amplia historicamente a mais valia relativa.

A elevação da mais valia absoluta tem além de empecilhos legais pela definição de uma jornada de trabalho máxima, o limite natural dado pelo tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, reposição de energia etc. (Capital I, p.349). O limite para a ampliação da mais valia absoluta é dado pela própria lei do valor. A ampliação da mais valia relativa, por outro lado, não tem limites tão definidos. Através da busca de ganhos de produtividade, o capitalista procura ampliá-la de qualquer forma. Esse processo pressiona os capitais individuais ao aprimoramento técnico, com novas máquinas e tecnologia, novas formas de organização da produção que lhes proporcione ganhos de escala ou diminuição nos tempos de rotação do capital, alterando a composição orgânica e técnica do capital.

A elevação da produtividade aumenta a extração de trabalho excedente pela redução do trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho frente ao que o trabalhador produz de valor. Para Marx isso ocorre, por um lado pelo barateamento dos produtos que compõe o custo de reprodução da força de trabalho, diminuindo o custo com o trabalho, o trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. Esse é um dos fatores que permite ao capital extrair um excedente maior em vários ramos. "O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem que trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista" (Capital I, p.369).

"Em termos genéricos, o método de produção de mais valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo" (Capital I, p.467).

Por outro lado a elevação da produtividade de um determinado setor, pela introdução de novos métodos de produção e novas maquinarias, eleva a produtividade do trabalho e aumenta sua intensidade. A forma de organização do trabalho dentro do processo de produção é um dos pés desse movimento. Em seu capítulo sobre a cooperação, Marx avalia a elevação da produtividade que daí advém afirmando que "quando cooperam <os trabalhadores>, ao serem membros de um organismo que trabalha, representam apenas uma forma especial de existência do capital. Por isso, a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital. (...) fica parecendo que ela é força produtiva inerente do capital" (Capital I, p. 382). A organização do trabalho proporciona ganhos de escala ao capital, contribuindo para a ampliação da capacidade de valorização do capital (capital I, p.373). "Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valores de uso e reduz por isso o tempo de

trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade por ter elevado a potência mecânica do trabalho" (Capital I, p.378).

A introdução constante de máquinas mais modernas atuam também sobre a intensidade do trabalho, outro lado da elevação da produtividade. "Esse emprego [de máquinas], como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A máquina é meio para produzir mais valia" (Capital I, p.424). A máquina não é fonte de mais valia, mas eleva o poder de gerar excedente por aquele que a maneja.

Por outro lado, da mesma forma que o trabalhador em cooperação eleva a produtividade e o excedente, várias máquinas acionadas apenas por um motor elevam a capacidade do trabalho de gerar excedente. Por isso, a forma de organização da produção proporciona ganhos adicionais de escala que são perseguidos na elevação da capacidade de extração de excedente. A revolução em um determinado ramo industrial proporcionado pela introdução de uma máquina mais moderna se irradia por toda a economia, elevando a produtividade (Capital I, p.437). A introdução de novas máquinas impõe à economia, aos capitais individuais, uma nova intensidade de trabalho, elevando a produtividade.

"A máquina produz mais valia relativa diretamente ao depreciar a força de trabalho, indiretamente ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força de trabalho, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário. Nesse período de transição em que a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua de mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho" (Capital I, p.463).

O constante crescimento da produtividade implica na substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Esta é a tendência que resulta da busca de valorização do capital presente em sua necessidade intrínseca de ampliar sua extração de excedente, cerne do processo de acumulação. Essa é "a tendência do capital, (...), de reduzir tanto quanto possível o número de trabalhadores empregados, ou seja, sua parte variável, a que se transforma em força de trabalho, em contradição à outra tendência de produzir a maior quantidade possível de mais valia" (Capital I, p. 349). Esse é o resultado do movimento do capital em sua valorização. O capital em sua gana de valorização elimina sua base de criação do excedente: o trabalho. Assim o processo gera por sua própria natureza um enorme "exército industrial de reserva", que, em realidade, pode-se chamar de desemprego estrutural.

Da mesma forma, a constante elevação da necessidade de crescimento da produtividade que garanta a continuidade do processo, pressupõe a constante alteração da estrutura industrial. A própria natureza do processo de acumulação ampliada que pressupõe sempre crescente a necessidade reinversões do excedente gerado, resulta na crescente concentração de capitais. E, a própria concentração, proporciona a um capital individual a elevação de seus ganhos de escala. "O desenvolvimento da produtividade do trabalho coletivo pressupõe a cooperação em grande escala; apenas sob esse pressuposto se pode organizar a divisão e a combinação do trabalho, economizar meios de produção através de sua concentração em massa, forjar instrumental de trabalho, como o sistema de maquinaria que só se presta materialmente para a utilização em comum, colocar a serviço da produção imensas forças naturais e transformar o processo de produção numa aplicação tecnológica da ciência. (...). Só assumindo a forma capitalista pode a produção de mercadorias tornar-se produção de grande escala. (...). Com a acumulação de capital desenvolveu-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação de capital. Esses dois fatores, na proporção conjugada dos impulsos que se dão mutuamente, modificam a composição técnica do capital, e, desse modo, a parte variável se torna cada vez menor em relação à constante" (Capital I, p. 725/6).

O processo de concentração de capital é por assim dizer uma consequência direta da necessidade de acumulação ampliada do capital. A segunda parte desse processo é a centralização de capitais, onde capitalistas individuais são eliminados durante o processo de valorização do capital.

"As tendências do capitalismo que se distanciam da concorrência livre entre os produtores e no sentido da formação de monopólios estão intimamente ligadas à maior composição do capital, (...). Dois aspectos devem ser considerados: primeiro, o crescimento do capital constante em relação ao variável; e, segundo, o crescimento da parte fixa do capital constante, (...). O resultado dessas duas tendências é a elevação do volume médio da unidade produtiva (...)" (Sweezy, 1973, p.284). Tem como resultado a concentração e a centralização de capital, duas formas de como esse processo ocorre.

A REALIZAÇÃO, CONDIÇÃO PARA ACUMULAÇÃO CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO

O processo de acumulação, que tem como base o processo de produção, que cria valor, e sua reaplicação em escala ampliada depende, para a realização social desse valor, da transformação do capital mercadoria criado em valor de troca, no mercado, convertendo-se assim na forma dinheiro, o que Marx denomina "salto mortal da mercadoria". Só assim referenda sua existência social enquanto mercadoria valor. Apenas a realização da mercadoria como dinheiro é que torna possível a reconversão deste em capital: dinheiro que compra meios de produção (Capital I, p.657). O valor, apenas sob essa nova forma pode reiniciar o processo permitindo ao capital valorizar-se em escala ampliada, acumular-se. "O ato consiste precisamente na cessão do dinheiro e o indivíduo só pode continuar sendo possuidor de dinheiro, se a própria cessão implicar na volta do dinheiro às suas mãos. O dinheiro só volta às suas mãos com a venda da mercadoria" (Capital II, p.38).

O capital em sua valorização deve passar por diferentes estágios para garanti-la, processo esse denominado por Marx como rotação de capital: capital dinheiro que se transforma em capital produtivo resultando em capital mercadoria para, com sua venda, reverter-se em capital dinheiro, permitindo o reinício do processo. A passagem por esses estágios é o que garante a acumulação de capital, sua valorização em escala ampliada, com a conversão do valor criado em meios de produção, da mais valia criada em novos meios de produção.

Nesse sentido, a não realização da mercadoria no mercado através de sua venda paralisa o processo de produção e a valorização do capital na medida em que impede a reconversão do valor criado em novo capital. No capitalismo deve-se vender para poder comprar. A mercadoria a ser vendida é produto e a mercadoria a ser comprada, capital produtivo, capital constante e variável, gerador de valor.

A rotação do capital torna-se questão importante para o processo de acumulação na medida em que é responsável pela definição de seu movimento e ritmo. Este pode ser tanto mais rápido quanto maior a velocidade de realização da mercadoria enquanto valor no mercado. "Segundo a rapidez com que o capital abandona a forma mercadoria e assume a forma dinheiro, ou conforme a velocidade da venda, servirá o mesmo valor-capital, em graus muito diferentes, para criar produto e para criar valor e a escala de reprodução ampliar-se-á ou reduzir-se-á" (Capital II, p.43). Quanto mais rápido é o tempo de rotação do capital, mais acelerada será a acumulação (Capital II, p.128). Quanto mais rápido o capital passa por suas diversas formas no período de rotação, capital dinheiro, capital produtivo, capital mercadoria e, novamente capital dinheiro, mais intenso poderá ser o processo de acumulação, de valorização do valor.

Ou seja, o processo de acumulação pode acelerar ou desacelerar, ou mesmo, paralisar-se em uma crise, quando a mercadoria não se realiza como dinheiro no mercado, o que significa dizer que não tem o seu valor reconhecido socialmente, ou quando o capital paralisa-se como dinheiro ou meios de produção.

Assim, a duração do período de rotação de capital determina o ritmo da acumulação. Essa duração ou, a paralisação em alguma das fases, depende de como o capital se distribui em cada estágio para cada ramo produtivo, variando tanto segundo fatores conjunturais como técnicos. "As vezes, a continuidade da reprodução dos capitais individuais é obstada. Primeiro, nos diferentes períodos, as massas de valores se distribuem em porções desiguais nos diferentes estádios e formas funcionais [ou seja, pode se concentrar na forma capital dinheiro, capital produtivo ou capital mercadoria]. Segundo, essas porções podem tripartir-se de maneira diferente, consoante com o caráter da mercadoria a produzir, conforme portanto a esfera particular da produção em que se aplica

o capital. Terceiro, a continuidade pode ser mais ou menos interrompida nos ramos de produção que dependem das estações do ano (...)" (Capital II, p.107).

Como o tempo de rotação do capital implica em sua passagem por três fases sucessivas, capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria, se este fica represado em qualquer uma delas, interrompe ou desacelera o processo de acumulação de capital. Podem ocorrer paralisações do capital na forma mercadoria ou dinheiro: ou a mercadoria não é vendida, ou o dinheiro não converte-se em capital produtivo. Em ambos os casos, paralisa-se o processo de valorização do capital e, em decorrência ocorre desemprego. "O ciclo do capital só decorre normalmente, quando suas diferentes fases se sucedem de maneira contínua. Se o capital não se move na primeira fase D-M, o capital dinheiro se congelará em tesouro; se isso ocorre na fase de produção, os meios de produção não serão empregados e a força de trabalho ficará desocupada; se, na fase final M'-D', as mercadorias invendáveis acumuladas obstruirão o fluxo da circulação" (Capital II, p.54).

Para que o processo não se paralise como capital mercadoria, ou na transformação deste em capital dinheiro, as mercadorias a serem vendidas precisam, simultaneamente, serem compradas. Para que isso ocorra tanto os capitalistas como os trabalhadores precisam adquirir essas mercadorias produzidas que constituem-se tanto de meios de produção como de bens de consumo final. "Na forma M'...M', supõe-se o consumo de toda a mercadoria produzida em condição do curso normal do ciclo do capital. O consumo individual do trabalhador e o consumo individual da parte do produto excedente não acumulada abrangem todo o consumo individual. O consumo em sua totalidade, o individual e o produtivo, constituem portanto condição do ciclo M'. O consumo produtivo (em que se inclui de fato o consumo individual do trabalhador, uma vez que a força de trabalho, até certo ponto, está sendo continuamente reproduzida pelo consumo individual do trabalhador) resulta da atuação de cada capital individual. Supõe-se o consumo individual ato social, e de modo nenhum ato do capitalista individual, exceto quando necessário à existência do capitalista individual" (Capital II, p.95).

Diante dessa afirmação, dado que o consumo dos trabalhadores é importante para o processo de realização das mercadorias, fica latente uma importante contradição levantada pelo próprio Marx (Capital II, p.336), na medida em que estes, "como vendedores de sua mercadoria, força de trabalho", têm seu valor rebaixado constantemente. Vale destacar que o consumo do trabalhador é importante, mas só lhe é dada essa capacidade na medida em que se transforma em capital variável, vendendo-se como força de trabalho, apenas assim pode se tornar consumidor.

Por outro lado, o processo de rotação pode paralisar-se na forma capital dinheiro. De um determinado ponto de vista, a paralisação do processo sob essa forma é uma característica do capitalismo na medida em que o dinheiro é o objeto de desejo do capitalista. Ele o coloca no processo para depois retirá-lo em volume maior, utilizando-se do processo de produção para tal. "O processo de produção não passa de um elo intermediário inevitável, de mal necessário do mister de fazer dinheiro. Todas as nações capitalistas são periodicamente acometidas de um desvario, o de procurar fazer dinheiro sem recorrer ao processo de produção" (Capital II p.58). Se for possível a valorização da riqueza na forma monetária, o capitalista individual não vê motivo para aplicar seu dinheiro de forma produtiva. Neste caso deixa de atuar como tal e de valorizar o capital que está sob seu comando. Este fato é importante apenas para reafirmar que o capitalista apenas aplica seu dinheiro como capital por que é compelido a isso e não simplesmente pelo seu desejo.

O fator que impele à paralisação do processo na forma capital dinheiro não está relacionado ao desejo do capitalista mas à forma como o sistema está organizado. Diferentes setores produtivos em diferentes momentos e com diversas relações capital fixo/circulante, retém capital dinheiro por força das características diversas de seus períodos de rotação. O entesouramento pode estar relacionado à necessidade de reposição do capital fixo de cada capital individual vis à vis a forma que este capital fixo transfere seu valor ao produto. Pode também resultar do tempo que o capital permanece na forma produtiva que difere para cada capital individual. Ambos os fatores obrigam o capitalista individual a reter mais ou menos capital na forma dinheiro por um determinado tempo, podendo resultar em problemas de realização.

Assim, o período que o capital permanece como capital produtivo pode ser definido pelo tipo de mercadoria que cada indústria tem como produto. O fato de alguns

setores da economia terem períodos de produção mais longos que outros, leva-os, sob o ponto de vista individual, a necessitarem de um maior capital de giro, o que significa dizer para Marx, que são obrigados a conservar capital na forma dinheiro por períodos mais longos, aguardando o momento de reiniciar o processo de produção. Esse dinheiro entesourado que é resultado de uma venda não acompanhada da compra de mercadorias, interfere no processo de realização. Sob o ponto de vista do capital em geral, essa diferença de ritmos de produção interfere no "entrelaçamento dos capitais". Setores diversos seguem ritmos diversos de como consomem sua mais valia. "A fim de acumular capital tem ele, antes de tudo, de subtrair da circulação parte da mais valia nela convertida em dinheiro, entesourando-a, até que atinja as dimensões necessárias para expandir o velho negócio ou iniciar outro. O entesouramento enquanto prossegue, não aumenta a procura do capitalista; o dinheiro se imobiliza; não retira do mercado nenhum equivalente em mercadoria pelo equivalente em dinheiro subtraído do mercado por mercadoria fornecida" (Capital II, p. 122).

Dada a natureza diversa dos capitais individuais, existe uma interrelação entre estes através de seus atos simultâneos de compra e venda. O entrelaçamento entre os diversos capitais nem sempre é correspondente uma vez que a diferença do tempo em que o capital permanece em cada uma das fases resulta em problemas de realização, aparente no nível de vendas de cada capital individual. "O papel funcionalmente definido desempenhado por toda metamorfose ocorrente no processo de circulação de um capital individual não representa necessariamente a correspondente metamorfose oposta no ciclo do outro capital, mesmo quando supomos que seja capitalista toda a produção do mercado mundial" (Capital II, p. 117).

Este problema de realização está relacionado ao tempo de renovação do capital fixo e do capital circulante que define a quantidade de capital que deve permanecer na forma dinheiro, entesourado. Está também relacionado a forma como o capital fixo tem seu retorno à forma dinheiro através da venda das mercadorias no tempo (Capital II, p. 166 e 170). Este retorna sob a forma dinheiro para as mãos do capitalista em partes, antes da necessidade de sua renovação como capital fixo. Pode-se dizer que após cada período de aquisição de novo capital fixo, transformação de capital dinheiro em capital produtivo, surge um período de entesouramento, em que não se adquire novo capital fixo. Este é um fator importante nas crises de realização.

"Desde já está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por sua parte fixa, forma-se uma base material das crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge e crise. São bem dispares os períodos em que se aplica o capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos e forma assim, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menor amplitude, nova base material do próximo ciclo de rotações (Capital II, p. 194).

Configura-se assim a crise de realização que resulta em superprodução como consequência intrínseca do processo de rotação de capital. As mercadorias não podem se realizar de forma equilibrada e simultânea devido às próprias características do processo de produção, características da forma como a produção está organizada no capitalismo.

Vale destacar que esses movimentos são resultado do próprio movimento do capital. O problema da realização está, antes de tudo relacionado à necessidade inerente do capital em valorizar-se de forma independente. Conforme afirma Marx em seu capítulo sobre a variação nos estoques, "A medida que se desenvolve a produção capitalista, a escala de produção passa a ser menos determinada pela procura imediata do produto e mais pelo montante de capital que dispõe o capitalista individual, pelo impulso de valorizar seu capital e pela necessidade de tornar seu processo de produção contínuo e expandi-lo. Desse modo, cresce necessariamente, para cada ramo de produção, a massa de produtos que se encontra como mercadoria no mercado ou procura escoamento; aumenta a massa de capital que se fixa sob a forma de capital mercadoria, durante mais ou menos tempo, conseqüentemente o estoque de mercadorias" (Capital II, p. 147).

Não se tem aqui como objetivo entrar de forma pormenorizada nesta questão das crises de realização, não faz parte do escopo deste trabalho. O interesse é constatar que esse movimento não está relacionado diretamente ao desejo ou expectativa do capitalista em transformar seu dinheiro em capital ou não. As crises de realização são decorrentes da natureza do funcionamento do capitalismo, inerente à forma como esse funcionamento se

organiza em torno do "Capital" sem qualquer outro objetivo a não ser valorizar-se, utilizando-se de um ou outro capitalista. Por isso, inclusive, algumas vezes, prescinde do capitalista individual em seu processo de valorização, destruindo capitais individuais em seu processo de centralização, o resultado desse impeto descrito até aqui.

Além disso, essas crises de realização são conjunturais na medida em que fazem parte do "andamento natural" do processo de produção. Nas palavras de Rosa de Luxemburg: "Em primeiro lugar, cada um dos ramos produtivos realiza um movimento até certo ponto independente que, de tempo em tempos, provoca interrupções mais ou menos longas na reprodução. Em segundo lugar, os desvios da reprodução em diversos ramos com respeito às necessidades sociais se somam numa crise geral, provocando, periodicamente, uma interrupção geral da reprodução" (Luxemburg, 1983, p.14). São portanto crises cíclicas que obedecem à certa periodicidade.

Assim, muitas vezes essas crises acabam com diversos capitalistas individuais durante o processo mas pouco ameaçam a acumulação de capital em geral, o processo de valorização do valor, dado que este flui e refluí entre os departamentos, através dos capitais individuais, mantendo sua trajetória de acumulação, as vezes em ritmo mais reduzido. Mais uma vez citando Luxemburg, "(...) apesar das intensas oscilações das conjunturas, apesar das crises, (...), a reprodução segue seu caminho ondulante e as forças produtivas se desenvolvem cada vez mais" (Luxemburg, 1983, p.16).

As crises de realização fazem parte da natureza do processo de acumulação em sua imposição constante no sentido à valorização, mas fazem parte de apenas um aspecto do processo de acumulação. Um capitalismo mais concentrado talvez pudesse até reduzir esses movimentos conjunturais de valorização do capital, amenizando o problema dessas crises. Mas o capital não pode, por isso, abandonar sua tendência à valorização contínua. O capital concentrado e centralizado reafirma sua autonomia em seu processo de valorização.

A principal questão portanto não está relacionada apenas ao problema de rotação de capital. A capacidade de realização do capital mercadoria como capital dinheiro em sua forma mais simples é muito mais um problema conjuntural que, apesar de resultar em crises cíclicas nos próprios termos de Marx, estas estão relacionadas à forma como o capitalismo organiza a produção social. Estas crises para Marx, inclusive, assumem uma periodicidade decenal dos negócios.

Os processos de concentração e centralização fortalecem a idéia de capital autônomo. Com esses processos estariam colocadas as bases para que o capital assumia uma maior autonomia em seu processo de valorização. Duas são as tendências da natureza do processo de acumulação de capital, segundo um processo autônomo, independente. Por um lado, o crescimento desproporcional entre os departamentos, gerando crises de superprodução. De outro lado, o aumento contínuo da mais valia relativa pela elevação constante da produtividade que resulta na crescente substituição do capital variável (trabalho) pelo capital constante (máquinas e matérias primas). A primeira seria uma crise conjuntural e a segunda estrutural. Ambos são diferentes resultados do processo de acumulação de capital. Ambos os movimentos, dado que são parte do processo, se reforçam em uma economia concentrada e centralizada. Nesta situação, a natureza do capital não se tornaria mais livre para manifestar-se?

A CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL

Na visão de Marx a centralização de capital é o resultado da tendência do processo de acumulação até aqui descrito. É o resultado da natureza do processo de acumulação que tem sua base estruturada na transformação do trabalho em mercadoria e na forma, daí decorrente, de extração do excedente deste trabalho pelo capital como valor, legitimado na idéia de propriedade privada, propriedade sobre as mercadorias trabalho e capital-produtivo. A centralização vista como o resultado desse processo é a manifestação mais pura do movimento do capital. O capital passa, em seu processo incessante de valorização, a expropriar o próprio capitalista. O capital centralizado é o capital em seu movimento mais autônomo no sentido da valorização. Neste ele prescinde do próprio capitalista.

A tendência natural do capital em seu processo de acumulação é a concentração e centralização. Ao mesmo tempo, a concentração e centralização reforçam o processo de acumulação. Potencializam-no, levando-o a uma nova rodada de centralizações. A cada

nova rodada o capital torna-se mais autônomo em seu processo de valorização. A grande empresa no mercado oligopolista segue, de forma mais profissional, seu objetivo de ampliar a extração de excedente através do constante aumento de produtividade e da eliminação de seus concorrentes.

Na medida em que o capital conquista sua "autonomia" em relação ao capitalista, ao controle do capitalista, o capital está livre para manifestar seu movimento no sentido da valorização. Quanto mais centralizado, mais o capital tem a sua disposição elementos que lhe garantam a ampliação da acumulação, da extração do excedente. Quanto mais concentrado e centralizado, maior sua capacidade de controle sobre mercados e tecnologias que lhe possibilitam elevação da produtividade e extração de mais valia. Ao mesmo tempo, quanto mais moderno o processo de produção e quanto mais o capital se concentra e centraliza, maior é o contingente de trabalhadores que este tende a dispensar, maior o desemprego, maior o número de excluídos do processo. Esta é a contradição do processo.

O capital centralizado é o capital caminhando sobre seus próprios pés. Ele próprio passa a ter mais autonomia para organizar seu movimento. A questão central colocada por Marx é que este movimento é desintegrador de sua própria estrutura de funcionamento, na medida em que neste processo ele elimina o trabalho, fonte do valor excedente.

"Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa a acumulação. O que temos agora é a concentração de capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitalistas grandes. Esse processo se distingue do anterior [concentração] porque pressupõe apenas a alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração" (Capital I, p.727).

O processo de centralização do capital caracteriza um capitalismo onde o próprio capital passa a organizar seu movimento de contínua valorização. "Desintegrada a velha sociedade, (...) posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa, (...), a expropriação dos proprietários particulares" (Capital I, p.881).

A centralização de capital não está sujeita às amarras do processo de criação de excedente, do "incremento do capital social". Não depende de sua expansão para colocar-se em movimento dado que caracteriza-se pela aquisição de parte da riqueza econômica existente. Por outro lado, na medida em que cria a grande empresa capacitando-a a ampliar sua escala produtiva, a centralização potencializa o processo de acumulação. "Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho" (Capital I, p. 729).

segundo Marx, a centralização é o resultado do processo histórico capitalista de dissociação do trabalho dos meios de produção. Este processo é a essência do conceito de capital. Apenas pode ser compreendido sob o conceito de propriedade privada que implica na transformação de trabalho em força de trabalho, em mercadoria. Essa separação é que permite o processo de acumulação na forma capitalista, e sua forma mais acabada é, além da expropriação do trabalhador, a expropriação do capital sobre o próprio capitalista: a centralização de capital. "Essa dissociação entre condições de trabalho e produtores, que constitui o conceito de capital, inaugura-se com a acumulação primitiva (livro primeiro, capítulo XXIV), depois aparece como processo ininterrupto na acumulação e concentração do capital e agora finalmente se expressa pela centralização em poucas mãos de capitais já existentes e pela descapitalização (a nova forma de apropriação) de grande número de capitalistas" (Capital III, p. 283). Portanto, economia centralizada é a manifestação dessa dissociação levada ao seu limite, é o capital em estado mais puro.

Esse processo caracteriza o capitalismo em seu estado mais puro porque nega a forma de propriedade do capitalista individual na medida em que o expropria. Nega o conceito clássico de enriquecimento pelo trabalho individual para reafirmar o capital como

ente que controla o processo. O modo de produção capitalista é controlado pelo capital e não diretamente pelo capitalista indivíduo. O capitalista participa do processo como agente, mas, contraditoriamente, este pode prescindir dele ou eliminá-lo. O modo capitalista "nega a propriedade privada individual baseada no trabalho próprio". Na grande empresa oligopolista e monopolista, a figura tradicional do capitalista indivíduo que vivia o conflito "faustico" de acumular ou gastar a mais valia gerada no processo de produção, deixa de existir. Na grande empresa todos os seus administradores são de fato funcionários do capital. São contratados por "ele" com a função exclusiva de manterem seu contínuo e crescente processo de valorização, de garantirem a acumulação ampliada, ou seja, de garantirem que toda a mais valia gerada no processo de produção seja reconvertida em novo capital produtivo. Assim, o capital centralizado tende a eliminar a figura do capitalista tradicional. A existência deste passa a ocorrer apenas à margem do processo. A tendência é eliminá-lo ou deixá-lo de lado, substituindo-o realmente por um funcionário do capital.

Essa tendência foi colocada mais recentemente por diversos autores. Baran e Sweezy, em seu "Capitalismo Monopolista" afirmam que "o dirigente de hoje é um tipo muito diferente do magnata de há 50 anos. (...) é a antítese do empresário e do magnata ao mesmo tempo: estes foram individualistas por excelência, ao passo que ele é uma espécie principal de um gênero conhecido como homem da organização. (...) O dirigente é um homem de dentro, dominado por ela. A fidelidade do primeiro é para consigo e com sua família (...); a fidelidade do outro é para com a organização a que pertence e através da qual se expressa. Para o primeiro a empresa era apenas um meio de enriquecimento; para o segundo, o bem da companhia tornou-se uma finalidade ao mesmo tempo econômica e ética. O primeiro roubava a empresa, o segundo rouba para ela" (Baran e Sweezy, *Capitalismo Monopolista* p. 39).

O processo de centralização de capital é o resultado de seu próprio movimento. Sua incessante busca de valorização e sua necessidade de acumular-se de forma ampliada, sempre reinvestindo a mais valia em novo capital produtivo, apenas tem espaço para sua continuidade com a eliminação do velho capital em funcionamento. Dessa forma, está constantemente desvalorizando e eliminando capitais individuais mais fracos. Esse movimento tem sua origem na necessidade intrínseca do capital se valorizar, tem sua forma de ação nas constantes revoluções de valor pela elevação da produtividade e, tem como elementos catalisadores, a concorrência e o crédito, que contribuem para acelerar o processo originário das próprias leis de movimento do capital. É um processo no qual "os capitais grandes esmagam os pequenos".

O processo de centralização é o resultado do processo de concentração que, pela natureza do capitalismo fez com que a dimensão mínima do capital para levar adiante um negócio se tornasse bastante elevada. Neste movimento a concorrência desempenha um importante papel. A batalha da concorrência sempre acaba com derrota de muitos capitalistas pequenos. O crédito ao lado da concorrência desempenha o papel de propiciar o capital necessário para a ampliação do processo de acumulação. O crédito transforma-se em uma arma essencial para a concorrência e, assim, "num imenso mecanismo social de centralização de capitais" (Capital I, p. 727). "A concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação" (Capital I, p. 728).

Conforme foi visto, a elevação da produtividade proporciona ao capitalista inovar a capacidade de levar o valor de seu produto abaixo de seu valor social, proporcionando-lhe uma elevação temporária de lucros. Esse caráter de monopólio "temporário" se deve à existência da concorrência entre os capitais individuais. Estes devem acompanhar os movimentos de "revolução do valor" para manterem-se como capitalistas. Este movimento está relacionado às crises cíclicas que contribuem para a eliminação de diversos capitalistas que não acompanham o processo, resultando na centralização de capitais. O novo capital produtivo que substitui o antigo vem sempre incorporado em nova tecnologia que deprecia e contribui para eliminar os capitais em funcionamento. "O capital incorpora gratuitamente em sua nova forma o progresso social que se realizou sem qualquer interferência em sua forma antiga. Sem dúvida esse desenvolvimento da força produtiva é simultaneamente acompanhado da depreciação parcial dos capitais em funcionamento. Quando a concorrência agrava sensivelmente essa depreciação" (Capital I, p. 703).

Boccara coloca a importância desse movimento em sua análise do processo de "sobrecumulação" de capital. Para o autor, esse processo resulta da própria acumulação que obriga o capital constantemente retornar à forma capital produtivo e consiste na incapacidade do capital adicional investido obter lucro. Segundo Boccara, "No caso da sobrecumulação de capital, a tentativa de valorização de um capital adicional, em consequência da procura da acumulação por diferentes capitais individuais, necessita que uma parte do capital social não se valorize, mas que seja, por assim dizer, desvalorizado" (Boccara, Paul 1973 "Capitalismo Monopolista de Estado" p. 52). Isso significa dizer que parte do capital social não pode continuar se valorizando para que outros o possam fazê-lo, uma "desvalorização de uma parte do capital total, que permite, em princípio, o prosseguimento da valorização dos outros capitais e do capital global" (Boccara, 1973 p. 53). Portanto esses capitais individuais que não são capazes de continuar sua trajetória de valorização devem sucumbir em detrimento de outros mais fortes. Nas palavras de Marx "Ao mesmo tempo aumenta a concentração, pois, além de certos limites, capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente que capital pequeno com taxa de lucro elevada" (Capital, III p. 288).

Em seu livro terceiro Marx confirma essa tendência dizendo "É a lei da produção capitalista, imposta pelas revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação consequente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e ampliar a escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não perecer. O mercado tem por isso de ser constantemente ampliado, e desse modo suas conexões e as condições que as regulam assumem cada vez mais a configuração de lei natural independente dos produtores e se tornam cada vez mais incontornáveis. Essa contradição interna busca um equilíbrio, aumentando o campo externo da produção. A produtividade, quanto mais se desenvolve, tanto mais conflita com a base estreita em que repousam as relações de consumo" (Capital III, p. 281).

Vários autores concordam que a centralização de capital eleva a capacidade de planejamento da empresa individual. Embora essa afirmação seja verdadeira, o controle do movimento individual não resulta no controle do todo. "A empresa gigante retira da esfera do mercado grandes parcelas da atividade econômica, sujeitando-as à administração cientificamente planejada. Essa modificação representa um aumento contínuo na racionalidade das partes do sistema, mas não é acompanhada de qualquer racionalização do todo" (Baran e Sweezy, "Capitalismo Monopolista, p. 334). Ao contrário, a empresa individual, mesmo com amplo poder de mercado está sujeita ao movimento do capital em geral. Pode ser eliminada por ele em seu movimento de valorização. Quanto mais centralizado é o capital, menor essa possibilidade desde que o administrador mantenha-se em sua obrigação com o capital, proporcionando-lhe formas garantam sua valorização em escala ampliada e sua posição no mercado. Uma administração profissional tem maiores chances de garantir esses elementos. Tem como norma, na medida em que o administrador é funcionário do capital, manter o movimento da empresa afinado ao movimento de valorização do capital em geral. É obrigado a fazê-lo para manter sua posição.

Em busca de ampliar seu mercado, o que significa dizer, a parte da mais valia social que o capital individual busca tomar para si, de outros capitais, seu movimento "passa a reger-se, não [apenas] pela mais valia que eles são capazes de extrair, mas pela capacidade de abocanhar, numa mais valia social, parte do excedente, conforme o montante de seus próprios investimento. Isto significa que a autonomia do capital individual se dissolve para dar lugar ao movimento do capital social total, onde o capital individual configura um momento passageiro embora necessário do processo como um todo" (Giannotti, Trabalho e Reflexão, p. 269).

Acumulação, concentração e centralização de capital são processos que descrevem o movimento do capital em sua busca de valorização. Descrevem o movimento do capital no sentido de maior autonomia em relação aos que por ele atuam ou aos que lhe permite valorizar-se. Autonomia carregada de contradição na medida em que os processos destroem aqueles que o criaram. Destrói o trabalho, fonte do valor excedente e responsável pela manutenção do valor do capital em funcionamento, meios de produção. Destrói o capitalista enquanto agente que possui o controle da produção, eliminando-o gradualmente no processo de centralização, afastando-o do controle da produção, substituindo-o por um, de fato, funcionário do capital, que zela pela manutenção de sua valorização.

Assim o capital conquista sua autonomia. Conquista o poder de caminhar sobre seus próprios pés, de forma quase que independente, ocupando, como mercadoria que é, o espaço social, controlando as relações sociais, definindo as formas de funcionamento que lhe garantam e não obstruam seu processo de valorização, seja a nível nacional ou internacional.

Na medida que os estes processos de acumulação concentração e centralização estão no centro do movimento de busca de elevação do excedente extraído pelo aumento da produtividade do trabalho e, por isso eliminam constantemente o trabalho, contraditoriamente, substituem aquele que cria o valor, o trabalho vivo por trabalho morto. Ao mesmo tempo, nos mesmos processos, o capital diminui, por isso a própria capacidade de realizar o valor excedente criado. Na medida em que desemprega trabalho, dificulta sua realização, base necessária para a continuidade do processo de valorização. Na medida que elimina o trabalho e desemprega o trabalhador, perde sua capacidade de gerar valor excedente na mesma proporção.

Nesse sentido, quanto mais autônomo se torna o movimento do capital, mais forte é essa tendência que se, por motivos contraditórios, pode talvez não diminuir a taxa de lucro como apontado pelo próprio Marx, certamente eleva o chamado exército industrial de reserva. Quanto mais autônomo, maior é sua busca incessante de valorização por sua própria natureza. Centralizado, o capital consegue desvencilhar-se de praticamente todas as amarras que poderiam impedi-lo de continuar sua busca de valorização. Ao mesmo tempo, conforme as elimina, destrói as bases para a continuidade do processo. A economia extremamente centralizada, inclusive internacionalmente, demarca a autonomia do capital, relativamente livre para atuar segundo sua natureza.

Pode o capital sobreviver com a diminuição de seu próprio mercado, diminuindo sua capacidade de realizar o valor excedente? Enquanto o desemprego é resultado de crises conjunturais de realização, o capital concentra-se e centraliza-se mantendo sua trajetória de acumulação. Mas como fica essa situação diante de um desemprego estrutural? Pode o capitalismo sobreviver em uma trajetória de constante crescimento dos que estão fora do mercado, dos que nem ao menos ocupam o lugar de mercadorias e consumidores?

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. Regulacion y Crisis Del Capitalismo, México, Siglo Vintiuno, 1979
- BARAN, P. e SWEZZY, P. Capitalismo Monopolista, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.
- BOCCARA, P. Estudos Sobre o Capitalismo Monopolista de Estado, Lisboa, Ed. Estampa, 1978.
- GIANNOTTI, J. A. Trabalho e Reflexão, São Paulo, Ed. Brasiliense 2ª edição, 1983.
- HILFERDING, R. O Capital Financeiro, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985.
- LENIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, São Paulo, Ed. Global, 4ª edição, 1987.
- LUXEMBURG, R. A Acumulação de Capital, Rio de Janeiro, Zahar, 3ª edição, 1983.
- MARX, K. A Miséria da Filosofia, São Paulo, Ed. Global, 1985.
- MARX, K. e ENGELS, F. Textos volmes 1, 2 e 3, São Paulo, Edições Sociais, 1975.
- MARX, K. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse), México, Ed. Siglo Veintiuno, 15ª edição, 1987.
- MARX, K. O 18 de Brumário e Cartas a Kugelman, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 3ª edição, 1977.
- MARX, K. O Capital livros I, II e III, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 6ª edição, 1980.
- MARX, K. Resultados do Processo de Produção Imediata, Capítulo VI Inédito do Capital, São Paulo, Ed. Moraes, 1985.
- MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva, São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1981.
- ROSDOLSKY, R. Génesis y Estructura de El Capital de Marx, México, Ed. Siglo Veintiuno, 6ª edição, 1989.
- RUBIN, I.I. A Teoria Marxista do Valor, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- SWEZZY, P.M. Teoria do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1973.